

PRINCIPAL LEGISLAÇÃO SOBRE MEIO AMBIENTE:

Constituição do Brasil de 1988

Constituição Brasileira, promulgada em 05/10/88

Lei Federal 9.605 de 12 /02/1998

Lei de Crimes Ambientais

Lei Federal 4771/1965

Código Florestal Federal

Resolução CONAMA Nº 237/97, de 22/12/1997

Revisa os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente.

Portaria Nº 05/89, de 16/03/1989

Aprova a Norma Técnica SSMA N.º 01/89 DMA, que dispõe sobre critérios e padrões de efluentes líquidos a serem observados por todas as fontes poluidoras que lancem seus efluentes nos corpos d'água interiores do estado do Rio Grande do Sul.

Resolução CONSEMA 006/99 de 08/10/1999

Decreto Federal 3.179 de 21/09/ 1999

Dispõe sobre as especificações das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Resolução CONSEMA 001 de 21/01/2000

Fixa critérios para compensação de danos ambientais causados pro grandes empreendimentos.

Lei Estadual Nº 11.520/00, de 03/08/2000

Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.

Resolução do CONSEMA Nº 102/2005

Dispõe sobre os critérios para o exercício da competência do Licenciamento Ambiental Municipal, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

Resolução CONSEMA 004 de 28/04/2000

Dispõe sobre os critérios para o exercício da competência do Licenciamento Ambiental Municipal.

Resolução CONSEMA 128/2006

Fixação de Padrões de Emissão de Efluentes Líquidos para fontes de emissão que lancem seus efluentes em águas superficiais no Estado do Rio Grande do Sul.

Resolução CONAMA 357/2005

Classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

Lei Federal 7.802 de 11/07/1989

Dispõe sobre agrotóxicos.

Resolução CONAMA 01-A de 23/01/1986

Dispões sobre o transporte de produtos perigosos no território nacional.

Lei Federal 9.795 de 27/04/1999

Define a Política Nacional de Educação Ambiental.

Lei Estadual Nº 12.037, de 19/12/2003

Dispõe sobre a política estadual de saneamento.

Portaria Nº 083/2006, de 28/10/2006

Disciplina a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e seu procedimento administrativo no âmbito da Fundação Estadual de Proteção Ambiental FEPAM.